

Em terras capixabas: a interiorização do Estado Imperial na Província do Espírito Santo

Leonardo Nascimento Bourguignon

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória – Espírito Santo – Brasil

leoprofessor@oi.com.br

Resumo: A construção do Estado Imperial brasileiro no século XIX foi alvo de intensas e acirradas disputas ideológicas e, em vários momentos, militares. O medo da revolução, representada na sangrenta guerra civil na América Espanhola e posterior fragmentação da mesma era um dos pontos mais temidos na agenda dos homens que se encarregaram de construir esse Estado, mantendo a unidade nacional e inseridos no mundo civilizado. Neste artigo analisamos as práticas e estratégias desenvolvidas pela elite imperial e local a fim de inserir a Província do Espírito Santo, sua população e os imigrantes que aqui desembarcavam, neste projeto de Estado nacional.

Palavras-chave: Estado Imperial; identidade nacional; Província do Espírito Santo.

INTRODUÇÃO

Ainda que convencido de que a vertigem mineira e paulistana não tem tocado nem tocará jamais o ânimo pacífico dos honrados e fiéis habitantes dessa Província [...] que os meus contrerrâneos, unidos a mim, saberão manter-se firmes [...] na adesão, amor e fidelidade, à Sagrada Pessoa. (Ofício do Presidente da Província do Espírito Santo dirigido ao Ministro do Império em 14 de março de 1842)

No século XX assistiu-se a uma intensa renovação teórico-metodológica na produção historiográfica provocada especialmente pela Escola dos Annales da França, da História Social da Inglaterra e da Micro-História italiana. No Brasil, essa revolução esbarrou na ditadura militar, só conseguindo aportar em nosso território no final da década de 1970. Na década seguinte, esse processo de renovação ganhou forças

acompanhado pelos ares da Nova República abrindo espaço a novas abordagens, paradigmas, interpretações, além de novos objetos de estudo e fontes.

Num primeiro momento houve um movimento de repulsão a tudo que lembrasse a história positivista, tradicional, ligada as figuras ilustres. No entanto, com a crise da Nova História observamos o que alguns historiadores têm chamado de retorno da história política. Mas não falamos simplesmente de uma regressão a uma história que superestima os acontecimentos. Para René Rémond (1999)

a expressão (retorno) é imprópria e, além disso, desastrosa: ela pode induzir a ideia de que é uma volta atrás, e, portanto uma regressão. Como se nós vivêssemos num ciclo de dois tempos. Não é a mesma política, nem a mesma história política, nem a mesma abordagem, nem inteiramente o mesmo objeto. É uma história renovada. (REMOND, 1999, p. 58)

E é exatamente com essa disposição de (re)ver, (re)visitar que propomos nos debruçarmos sobre fontes oficiais e em duas obras de história política de dois ícones da história regional do Espírito Santo. São elas: a “História do Espírito Santo” de José Teixeira de Oliveira e a também “História do Espírito Santo” de Maria Stela Novaes. Munidos destas fontes concentraremos-nos no período em que o Espírito Santo era uma das províncias do Império do Brasil na tentativa de extrair dessas aparentemente exauridas fontes os esforços para a construção do Estado Imperial na província capixaba. Relê-las sob a luz desta nova história política será um exercício surpreendente e profundamente gratificante, como veremos no decorrer desse trabalho.

Num primeiro momento apresentaremos um panorama da província no início do século XIX, enfocando o isolamento a que a mesma ficou relegada até aquele momento. Esse mesmo isolamento e, sobretudo, a tentativa estatal de extingui-lo darão a tônica da 2ª parte onde destacaremos também os esforços em âmbito federal e estadual na tentativa de interiorizar a ideia “Brasil” no ideário da sociedade local.

Finalmente analisaremos a consolidação do projeto nacional da “boa sociedade” imperial, impulsionado, sobremaneira, pelo advento do café nessa província, advento esse que, além de propiciar os capitais necessários para alcançar a tão reclamada “civilização”, dizimará os índios

do interior espírito santense; conviverá até quando pode com a escravidão africana; e finalmente, querendo resolver o problema da falta de mão de obra e mestiçagem do povo capixaba, vai apelar para a imigração europeia de milhares de europeus, tentando ao mesmo tempo garantir um cenário onde prevalecessem a ordem e progresso.

O ESPÍRITO SANTO NOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XIX

Um relato do naturalista francês Saint-Hilaire (1936, p. 29) visitando a Capitania do Espírito Santo em 1818 afirmava que “a faixa média de terreno cultivado não ia além de quatro léguas do mar”. A grande maioria dos brancos viviam agarrados as praias, como os caranguejos de que nos fala frei Vicente de Salvador. Mas por que o Espírito Santo exatamente no caminho entre as duas ex-capitais da América Portuguesa – Salvador e Rio de Janeiro – estaria no início do século XIX praticamente da mesma maneira como se apresentava nos idos do século XVI? Por que o projeto de colonização português que desenvolveu-se aqui a ponto de superar em arrecadação as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, por exemplo, entrou em tão grave crise no século XVIII?

A resposta evocada pela maioria dos pesquisadores seria a descoberta de ouro na região das Minas Gerais. Apesar da descoberta da primeira pepita de ouro na América Portuguesa ter dado-se exatamente em território capixaba, quando Antonio Rodrigues Arzão chegou à Vila de Vitória em 1693 com o mineral extraído do interior da Capitania, esse e outros achados promoveram a rápida mobilização da Coroa Portuguesa que em 1709 criou a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, desmembrada da Capitania do Espírito Santo, e no ano posterior ordenou ao Capitão-mor da capitania, Francisco de Albuquerque Teles, a proibição de explorações e aberturas de estradas à nova capitania (CARVALHO, 2008, p. 33). Logo a descoberta do ouro em Minas Gerais tornaria aquela região a mais povoada da América Colonial. A proximidade e o litoral capixaba mostraram-se aqui como estratégicos para proteção da região das minas das invasões estrangeiras, determinando assim seu isolamento. Da riqueza do ouro, restou a Capitania a remodelação das fortificações de Vitória e a ampliação do destacamento militar.

Outro entrave foi a constante rebeldia dos índios que habitavam essas paragens, constantemente evocadas nos relatos dos colonizadores.

Os índios botocudos não praticavam agricultura e, embrenhados nas matas virgens, tomaram-se presas difíceis aos bandeirantes e missionários que por várias vezes visitaram essa região. Além dos indígenas, os primeiros colonizadores eram constantemente ameaçados por piratas franceses, ingleses e holandeses interessados na exploração dessa região.

O cultivo da cana de açúcar também não prosperou nestas terras, uma vez que, segundo Mario Aristides Freire (2006, p. 84) havia somente um engenho em toda capitania no ano de 1560. Isolada, a população capixaba enfrentava sérias privações alimentares, se alimentando quase que exclusivamente de farinha de mandioca, peixe fresco ou seco, marisco e feijão. O Príncipe de Wied-Neuwide (1989) acrescentaria:

Nos cerrados que margeiam a costa, habitam famílias pobres e esparsas, que vivem da pesca e da colheita de suas plantações. São em geral negros, mulatos e outras gentes de cor: há muito poucos brancos entre eles; queixam logo ao forasteiro da pobreza e indigência que só podem provir da preguiça e da falta de iniciativa, porque o solo é fértil. Pobres demais para comprar escravos e demasiadamente indolentes para o trabalho, preferem morrer de fome. (MAXIMILIANO, 1989, p. 146)

Da mesma forma a situação financeira da agora Província era das mais precárias. Em um ofício enviado em 1824 ao marquês de Queluz, o presidente da Província Inácio Acioli nos apresenta em detalhes a situação de penúria enfrentada por seus “pobríssimos habitantes” que habitavam a parte “mais miserável do Império” não tendo “agricultura nem comércio” (OLIVEIRA, 1975, p.305).

O isolamento a que esteve relegada a Província deu-se também internamente, onde as vilas para comunicarem-se utilizavam da precária navegação de cabotagem, exercida na maioria das vezes em canoas pelos rios e no litoral, ou ainda por caminhos litorâneos, que não passavam de antigas trilhas indígenas, muitas delas transformadas em estradas nos séculos posteriores. No interior, com raríssimas exceções, as entradas e bandeiras haviam conseguido criar núcleos habitacionais instáveis, que tinham sua sobrevivência relegada à vontade dos botocudos.

Nas primeiras décadas do século XIX notamos algumas tentativas oficiais de mudarem esse quadro como a delegação de D. João VI ao presidente da província Francisco Alberto Rubim para que procedesse

a abertura da Estrada “Espírito Santo – Minas”. Concluída em 1816, a Estrada do Rubim destacava-se pela grande quantidade de guarnições militares, mais precisamente de três em três léguas, ressaltando o perigo que a região, outrora conhecida como áreas proibidas, poderia oferecer. No entanto, apesar dessas iniciativas, os escassos recursos financeiros da Província, a floresta e seus habitantes, animais e índios, retardariam ainda a colonização efetiva da região, como podemos perceber em outro trecho do ofício enviado por Acioli onde afirma que “as estradas para a Província de Minas estão atulhadas de mato, a antiga beira mar sem pontes, que de arruinadas se fazem intransitáveis” (OLIVEIRA, 1975, p. 305).

Somente com o advento do café na segunda metade do século XIX, as estradas capixabas se tornariam parcialmente transitadas e transitáveis, como veremos mais adiante.

A CONSTRUÇÃO DO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO NACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

Após a Proclamação da independência, os desafios que se apresentavam àquelas gerações que resolveram depois de mais três séculos de domínio português cortarem as amarras que os ligavam às metrópoles, instituindo aqui um corpo político independente, não eram poucos: como construir um Estado em um território tão vasto, com a maioria de suas áreas despovoadas, e onde a ligação entre suas vilas, cidades e províncias era quase inexistente? Como construir em uma sociedade tão heterogênea um sentimento de pertencimento comum? Em que bases seria possível elaborar uma identidade nacional em comunidades tão díspares? A estes imensos desafios acrescentou-se o caráter único de nosso nascimento político marcado pela manutenção da monarquia, a qual um membro da própria dinastia portuguesa assumiria o comando do novo Império.

Nossos fundadores viviam então a curiosa situação de construtores de um novo Estado e ao mesmo tempo herdeiros de toda uma tradição portuguesa, neste caso um reformismo ilustrado, algo indelével na adoção de nosso primeiro nome: “Império do Brasil” (MATTOS, 2005). Alvo de longas e acirradas disputas ideológicas e, em muitos instantes, militares, a construção desse Estado no Império era pautada em duas premissas defendidas pela imensa maioria de seus construtores que seriam: a manutenção da escravidão e da unidade territorial. Obviamente a Província

do Espírito Santo não ficaria de fora desse projeto, como veremos nas várias iniciativas desse Estado para tomar-se presente de fato e de direito nessa parte do Império.

Desde o ano de 1820, um forte sentimento anti-lusitano levava os nativos a constantes embates com os portugueses na capital da província capixaba, Vitória, indo desde o lançamento de pasquins manuscritos contra as autoridades provinciais, até tiroteios e ataques a estabelecimentos comerciais portugueses. A adesão do Espírito Santo à independência representava importante passo geopolítico na consecução do projeto emancipador brasileiro, uma vez que a província localizava-se entre a capital do novo país, o Rio de Janeiro, e o grande bastião da resistência portuguesa, a Bahia. Sua proximidade favorecia atividades de espionagem e bloqueio ao envio de mantimentos e munições aos exércitos pró-lusitanos entricheirados na capital baiana (BITTENCOURT, G. 1985).

Para as elites capixabas, o apoio incondicional ao Imperador representaria a possibilidade de melhoria de sua situação de pobreza e isolamento da Capitania. Por isso o envio do desembargador Manuel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, por ordens de José Bonifácio, a fim de esclarecer as intenções do movimento emancipador foi recebido, não só na Capital, mas também nas vilas do interior, com festas cívico-religiosas nas quais não faltaram até os laços verde-amarelos. A vassalagem pros-trada ao novo imperador é flagrante no ofício enviado ao mesmo em outubro de 1822:

Com o maior respeito tem [...] a honra de participar a Vossa Imperial Majestade, que tendo o Senado da Câmara do Rio de Janeiro comunicado às Câmaras desta Província que os Povos do Brasil se achavam na resolução de aclamarem a Vossa Majestade Imperador deste vasto Império; os povos desta Província já muito animados destes sentimentos por considerarem em Vossa Majestade toda a sua segurança, e prosperidade e que pela sua adesão, e fidelidade à Casa de Bragança não podiam ver sem suspirar, que o Brasil ficasse privado ao menos de um Ramo de tão Precioso Tronco que faz as delícias da Nação; não podendo, além disso, o natural afeto, e reconhecimento dos Povos do Brasil deixar de (grato a quanto Vossa Majestade se tem desvelado em promover sua glória, e prosperidade) aproveitar um momento, em que a gratidão se devia manifestar altamente no sempre grande, sempre fausto dia doze do corrente; a Câmara, o Governo, o Clero, a Tropa, o povo levantaram solenemente, e decisivamente a voz de sua gratidão proclamando, e

aclamando a independência, e soberania deste vasto Império do Brasil, e Vossa Majestade seu Primeiro Imperador. (OLIVEIRA, 1975, p. 327)

A exceção ficaria por conta da Vila de Guarapari, esta por breve tempo, e de São Mateus, exceção que veio mostrar as elites provinciais os futuros benefícios de sua adesão ao Império. Apesar de encontrar-se em território capixaba, a administração da Bahia há muito conseguira incluir São Mateus em sua jurisdição que juntamente com o restante da província não aderiu a Independência. O governo capixaba manda então a essa localidade um pequeno barco de guerra para, se preciso, impor a São Mateus a Independência. Após os devidos esclarecimentos a vila adere ao movimento, e volta a obedecer à jurisdição do Espírito Santo, conforme retificado num Aviso Ministerial.

A troca de favores instalada logo após a independência pode ser confirmada ainda em vários ofícios enviados pelos presidentes da Província, como esse de 1824 que é assim concluído: “o Governo de S. M. Imperial está sobrecarregado de grandes ponderações qual a salvação da Pátria, mas, também é certo que esta parte do Império, pela sua constante adesão à causa do mesmo Império, que lhes deve merecer atenção” (NOVAES, 1976, p. 147).

Outro ponto comumente abordado nos ofícios desse período é o enaltecimento da participação popular nas festas cívicas e suas demonstrações mais sinceras de amor a pátria. Um episódio, porém, serve de ponto de partida para o questionamento dessa adesão popular:

Na localidade de Piúma em 1861 enquanto o comício comemorativo da independência acontecia, alguns indivíduos desentenderam-se com o subdelegado do distrito, apedrejando sua residência, umas perversidades com três soldados do destacamento e entregaram a subdelegacia a um substituto imediato. Uma força da primeira linha foi enviada ao local pôs fim ao alvoroço, que levou ao júri dezoito pessoas indiciadas como cabeças. (Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo presidente José Fernandes da Costa Júnior, 1862)

Apesar das tentativas do presidente José Fernandes da Costa Júnior em minimizar o fato apresentado à Assembleia legislativa, chegando inclusive a atribuir a ocorrência do mesmo a uma questão pessoal entre o subdelegado e um de seus desafetos, as dimensões do ocorrido, o desfecho e a data da ocorrência permitem-nos diferentes

conclusões. Apesar da ausência de detalhes, o que dificulta conclusões mais precisas, o relatório evidencia alguns pontos como a revolta da população contra uma autoridade instituída no dia da comemoração da Independência, levantando dúvidas quanto a adesão dessa população as atividades patrióticas. Por sinal, notamos uma preocupação constante, tanto nos documentos redigidos pelas elites daquele período quanto na historiografia escrita até meados do século XX, em ressaltar o patriotismo e intensa identificação dos locais com o projeto nacional do Império: “entretanto no meio da crise econômico-administrativa. uma notícia entusiasmou o povo, e deu-lhe um hausto de alegria: – 25 de outubro de 1825, um extenso Bando anunciava o Tratado de Amizade e Reconhecimento da Independência do Brasil, pelo Reino de Portugal” (NOVAES, 1976, p. 151).

Importante ressaltarmos que a história escolar, apesar de sua constante relação com as outras representações do passado, como a história cotidiana e a história acadêmica, nasce como instituição vinculada ao Estado, e, portanto preocupada em formar ideologicamente nos alunos uma imagem positiva da identidade nacional. Por isso ela adotará um caráter romântico repleto de valores e aspectos afetivos, utilizando-se de narrativas sem quaisquer compromissos ou rigor científico, muitas inclusive míticas, recuperando, quando não inventado, ou as duas coisas ao mesmo tempo, uma genealogia que conecta nossas particularidades com um destino maior: o destino da nação, transformando dessa forma o povo em nação e a nação em Estado (CARRETERO, 2007, p. 74).

Outro fato intensamente comemorado pela *boa sociedade* capixaba foi a divulgação do Ato Adicional de 1834 que, ao descentralizar o poder central e consequentemente fortalecer os poderes locais, apresentou as elites regionais a possibilidade de instituírem as assembleias legislativas provinciais, organizarem suas forças policiais para garantir a ordem que começava a ser ameaçada pelo poder das ruas, e organizarem a instrução pública primária, ato imprescindível para a consolidação do Estado-nação, uma vez que aquelas elites, ao exemplo de seus pares europeus, enxergavam a escola como o espaço privilegiado para “civilizar” as massas perigosas (ELIAS, 1994). Entre os vários registros nesse sentido destacamos a fundação de um liceu em Vitória no ano de 1873, fruto de iniciativa particular da Sociedade Beneficente “União e Progresso”:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. Que a Sociedade beneficente União e Progresso acaba de fundar nesta capital um lyceu gratuito de humanidades, em cujas diversas aulas que já funcionaram acham-se matriculados para mais de noventa alunos, e igualmente uma Biblioteca popular já franqueada ao público, contando para mais de mil e duzentos volumes e todos oferecidos por particulares. [...] instituições que auguram próspero futuro à Província [...]. Folgo ainda registrar, que, em seguida a inauguração tive a satisfação de entregar três cartas de liberdade, concedidas em regozijo ao acto. para maior realce da festa. (OLIVEIRA, 1975, p. 378)

Para instituir esta ideia de Nação, esse Estado se vê diante da necessidade de estruturar instituições culturais e adotar bandeiras, hinos, efemérides, mitos, além de outros símbolos e representações que completariam a empreitada nacionalista, como aconteceu, por exemplo, nas festividades em comemoração a coroação de D. Pedro II, que além da missa solene e cortejo com o Retrato do Monarca, contou ainda com a apresentação da peça teatral “Maria Theresa, Imperatriz da Áustria”, ou o “Heroísmo do Amor Filial”, encenada pela Sociedade Dramática, composta de membros da distinta sociedade local (OLIVEIRA, 1975, p. 330).

INGLATERRA E PARAGUAI EXALTAM OS ÂNIMOS NACIONALISTAS

As interferências britânicas favoráveis a abolição do tráfico, em 1850, e seus desdobramentos posteriores, como a chamada Questão Christie, em 1863, quando o embaixador britânico no Brasil, Willian Christie, ordenou o aprisionamento dos navios brasileiros ancorados na Baía da Guanabara, tornando muito clara a decisão britânica de usar a força contra o tráfico, caso necessário (SILVA, 1997, p. 43), exacerbou os sentimentos nacionalistas em todo o país. No Espírito Santo os documentos retratam bem a reação da “população” que assim que soube “a notícia do incidente (...) ocorreu às praças públicas para prestar solidariedade ao governo. À noite houve passeata cívica, precedidos os manifestantes de banda de música” (OLIVEIRA, 1975, p. 380). O mais impressionante foi o procedimento de vários funcionários públicos como

policiais e juízes que doaram parte de seus salários aos fundos para organização da defesa do Império.

Outro incidente internacional que para Eduardo Silva (1997, p. 39) causou “a primeira comoção verdadeiramente nacional, desde a Independência, 43 anos antes” foi a Guerra do Paraguai. Apesar dos 625 capixabas que se alistaram e participaram da Guerra, o número é insignificante perto dos milhares de homens que se escondiam na recusa de “defenderem a pátria”. A grande maioria dos que foram eram recrutados à força pelas autoridades; outros eram escravos substituindo os filhos de seus amos, sob a promessa de, caso retornarem, serem alforriados. Existiam ainda alguns poucos filhos da «Boa Sociedade» capixaba que, impulsionados pelo clima de patriotismo suscitado pelos últimos acontecimentos, viram na Guerra a oportunidade de afirmarem seus espíritos nacionalistas.

Segundo as fontes consultadas, os capixabas comoveram-se com a Guerra. As notícias de vitórias nas batalhas eram comemoradas com êxtase nas ruas da capital, levando a imprensa local a convidar a população para participar das comemorações. As derrotas, por sua vez, eram lastimadas por todos.

A VISITA DO IMPERADOR

No ímpeto de consolidar a unidade nacional e assegurar o clima de tranquilidade que atravessava o Império Brasileiro no segundo reinado, o imperador D. Pedro II excursionava por várias províncias e entre elas visita o Espírito Santo em janeiro de 1860. A Província capixaba apesar de carente em recursos, não economizou esforços para recepção do Imperador e sua esposa. A recepção e os acontecimentos que se desenrolaram durante a visita, servem sobremaneira para ilustrar a preocupação e espontânea predisposição da elite provincial em apresentar-se como parte integrante do Estado Imperial, representado aqui em sua figura maior. Missas, cerimônias de beija-mão, passeatas cívicas, desfile da Guarda Nacional, execuções do Hino Nacional, festas, iluminação¹, batismo e rebatismo de locais e obras, entre outras atividades,

1. “Percorremos toda cidade e não vimos uma só casa por mais humilde e pobre que fosse, que não estivesse iluminada” (OLIVEIRA, 1975, p. 403)

acompanharam toda a trajetória do Imperador, mesmo quando visitando o interior da Província.

No Correio da Victoria notamos que a recepção ao Imperador parece ter tomado um aspecto tão grandioso e tão contundente, que até a população mais pobre tomou parte nos festejos e saudações ao “Soberano Augusto”, como podemos perceber no relato que segue:

Sebastiana Lopes, residente num casebre, nas imediações do Morro da Preguiça, vizinho à Ponte da Passagem. Ouvira novas da Augusta visita. Calculou que, certamente, S.M., na excursão ao norte da Província, deveria por ali transitar. Era o caminho obrigatório, porque único. Ficou atenta até que percebeu, um dia, extraordinário movimento na estrada, e, em confirmação a sua ideia, verificou a presença se S. M. o Imperador, que se aproximava, a cavalo, com numerosa comitiva. Pulsou então forte *patriotismo* (grifo nisso), o coração daquela brasileira pobre, mas, sincera e, num entusiasmo incontido, Sebastiana desceu ao terreiro, transpôs a cancela do seu terreno e, já na estrada, com voz forte e os braços erguidos, bradou:

– Viva S. M. o Imperador!

Surpreso, perplexo, Dom Pedro II freou a montaria. A comitiva deteve-se enquanto Sebastiana, firme, conserva os olhos fitos em S. M. que parecia admirar, ali, uma estátua de patriotismo!

Saudou-a.

Os sitiantes, que se aproximavam, e a comitiva imperial prorromperam em delirantes aplausos!

Discretamente, após indagar os seus predicados e de suas posses. D. Pedro II deu-lhe como ‘lembrança’, generosa oferta. (NOVAES, 1976, p. 242)

Descontadas os clamorosos exageros da autora, podemos extrair conclusões diversas no texto. Entre elas o apego da população à imagem redentora do Imperador, que nos daria uma melhor compreensão do ocorrido, diante do “patriotismo” insistido pelo autor. Outro fato importante é o desfecho do ato. A “lembrança” dada por D. Pedro II, reforça a imagem do “Protetor”, “Pater” diante de seus súditos.

A CAMINHO DA CIVILIZAÇÃO

Poucos anos após a introdução do café no Brasil, este logo se revelaria as elites nacionais como importante aliado na busca da tão

reclamada “civilização e progresso” ao recém fundado estado brasileiro. O café propiciou “o substrato econômico à unidade nacional, à revelia das províncias separatistas, o desempenho do Brasil na guerra do Paraguai, e, principalmente, a remodelação material do país no século passado” (BITTENCOURT, G. 1987, p. 27). No Espírito Santo, todas essas melhorias, apesar de tardias, trouxeram um impacto surpreendente na vida histórica da província.

O desconhecimento de técnicas de cultivo tornou o cultivo do café uma atividade altamente predatória, “uma agricultura tão exploradora que mal merece o nome de agricultura” (DEAN, 1994, p. 162). Os terrenos rapidamente exauriam-se, obrigando os proprietários a expandirem suas terras e quase sempre subjugando posseiros ou pequenos agricultores que estivessem no seu caminho. Os conflitos seriam inevitáveis, visto que o governo imperial nunca realizou um inventário das terras públicas. “O presidente do Rio de Janeiro confessou abertamente na assembleia de sua província que é sabido que, para estabelecer uma posse e mantê-la [...] é indispensável a força. Aquele que carece dela é obrigado a ceder a terra a outro que seja mais forte ou vendê-la a alguém que seja capaz de retê-la imediatamente a mesma força” (Ibid, p. 166).

Foi justamente esse cenário que, no final do século XIX, empurrou a “franja” do café, expulsa das terras fluminenses, para o sul do Espírito Santo. No mesmo período, diante da crise econômica no final do século XIX, proprietários de terras das Minas Gerais, mediante a escassez da mineração e impulsionados pelas novas culturas exportadoras como algodão, tabaco, e especialmente o café, deslocam-se a procura de novas terras; a floresta capixaba de solo virgem era um atrativo especial para esses aventureiros que pela “Estrada do Rubim” ou pelas picadas paralelas, desceram até as terras capixabas. As entradas organizadas por mineiros, especialmente as do século XIX, foram de vital importância na colonização do interior capixaba, atribuindo-se a eles a criação de vários arraiais que com o tempo converteram-se em cidades. A ocupação pelo sul e pelo oeste seria acompanhado ainda pelos baianos ao norte que desciam com suas famílias e escravos para tentarem uma sorte maior no agora promissor solo capixaba.

O café vai incentivar ainda a imigração e fixação europeia, construção de estradas de rodagem, navegação a vapor, ferrovias,

melhorias urbanas e até os primeiros esforços industrializantes. No seu percurso o café evidenciou às elites provinciais uma série de desafios que poderiam ameaçar o projeto “civilizatório” da Boa Sociedade capixaba, como os índios e a questão da mão de obra escrava².

Desde o início da colonização do Espírito Santo o colonizador enfrentou a hostilidade dos primeiros habitantes dessa terra. Ainda no século XIX eram constantes os ataques indígenas aos núcleos colonizadores, ataques que variavam desde depredações das roças dos colonos, até levantes com sequestros e homicídios de autoridades locais. Nas serras capixabas, intactas até o início do século XIX para coibir o tráfico de ouro, os índios botocudos haviam ganho a aterrorizadora fama de “canibais”, fato que contribuiu para sua sobrevivência e preservação. Mas, diante de uma nova realidade, a Corte Portuguesa instalada no Brasil em 1808 decretou guerra aos botocudos. A partir daí o morticínio assumiu características impressionantes: “em uma expedição punitiva, em algum momento depois de 1838, próximo a São Mateus, no litoral do Espírito Santo, o comandante militar do distrito retornou em triunfo com trezentas orelhas” (DEAN, 1994, p. 173). As elites da província não mediram esforços para alcançarem seu objetivo de “civilizar” os índios, pois, numa colônia tão carente de braços, os indígenas poderiam ser de grande valia, caso assim eles aceitassem. Porém como a grande maioria dos silvícolas retaliou as atitudes impostas pela província o que viu-se foi a matança de milhares deles.

Outro entrave ao resplandecer da civilização na Província era a crescente e preocupante presença africana. Desde 1832, eram comuns os reclames dos moradores queixando-se de que as matas estavam tomadas por quilombolas, que além de atacarem os viajantes roubavam as roças dos lavradores para manterem-se. Os levantes escravos também eram comuns, como o descoberto e abafado em Itapemirim em 1831:

Participa ter-se premeditado na dita Vila uma insurreição escrava, com o fim de ser assassinado a gente branca. Manda a mesma Regência em Nome do Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios do Impé-

2. Não podemos esquecer que para os primeiros construtores do Estado brasileiro o conceito de nação estava restrito a uma ideia de autoimagem, e como eles se autodenominavam brasileiros, civilizados e frutos de uma tradição cultural branca, cristã e europeia; os integrantes do povo, negros e índios, não deveriam sequer ser aceitos como brasileiros (BITTENCOURT, C. 2007)

rio, que o dito Vice-Presidente desenvolva toda a atividade, e energia necessária para capturar os cabeças daquele horrroso plano que devem ser castigados com toda a severidade das Leis; e quando suceda que eles apresentem atitude hostil contra as medidas que se tomarem a esse respeito, cumpre que se empregue a força armada para debelá-los completamente. (OLIVEIRA, 1975, p. 343)

Apesar dos inúmeros levantes, a revolta de Queimado foi, de longe, a maior sublevação de escravos negros ocorrida no Espírito Santo, e traz à tona vários aspectos da sociedade capixaba que merecem ser aqui analisados. Frei Gregório, pároco da Freguesia de São José do Queimado, localizado no município da atual cidade da Serra, região metropolitana da Grande Vitória, usando o trabalho escravo construiu, nos dias de folga daqueles, a pequena igreja do lugarejo sob a promessa de que, depois de concluído o serviço, o frei conseguiria dos seus senhores a tão esperada carta de alforria. O mesmo frei nos seus sermões não escondia sua oposição ao cativeiro (ROSA, 1979).

Concluída a igreja, porém, o frei não conseguiu o prometido aos escravos. Acreditando ou fingindo acreditar que o padre anunciaria a liberdade dos escravos na missa do dia 19 de março de 1849, os escravos que participaram dos quatro anos de construção da igreja e vinham de várias localidades como Serra, Cariacica, Viana, Mangaraí, além, é claro, do distrito de Queimado, espalharam em suas comunidades e vizinhanças que organizariam várias expedições no intuito de forçarem os senhores a assinarem a alforria. No dia 19 a missa inaugural em Queimado é interrompida pelos gritos escravos de “Viva a Liberdade!”.

O medo tomou conta da freguesia. “O exército dos insurgentes saiu da igreja [...] desfilando diante da população que, temendo à agitação, evade-se, fechando as portas e as janelas de suas casas” (CARDOSO, 2008, p. 91). Alguns senhores assinam cartas de alforria. O pavor também é noticiado no jornal do Comércio: “do distrito de Queimados, temos notícias muito lisonjeiras. O sossego público já vai se estabelecendo e seus habitantes já se vão libertando do temor que os havia assombrado” (NOVAES, 1976, p. 206); e nos vários ofícios sobre o levante, como neste enviado pelo presidente da Província ao Ministro de Estado dos Negócios do Império:

Escusado é narrar a V. Excia. O susto e terror de que se acham apoderados os habitantes desta capital e lugares circunvizinhos e máxime

por virem a pequena e diminuta força de que o governo pode dispor. A população da capital está animada do melhor espírito de ordem e não se esquivava a trabalho algum, contudo não posso deixar de requisitar a V. Excia. uma força pelo menos de cem praças de Infantaria ou caçadores de primeira linha do Exército e bem assim armamento, equipamento e munições de guerra com que eu possa acudir a alguns pontos da Província em que iguais acontecimentos hajam por infelicidade deste lugar, que é muito presumível, atento o estado da escravatura dela que é o mais altanado possível. O alcance que pode ter semelhante insurreição nesta Província e nas outras do Império, em que abunda a escravatura, V. Excia. bem o avalia e julgará portanto se deve ou não ver satisfeita a minha requisição. Agora, recebo o ofício datado de hoje do chefe de Polícia da Província de que cópia autêntica remeto a V. Excia. donde V. Excia. verá o ataque que teve lugar entre as forças do governo e parte dos negros insurgidos. Finalmente cumpre-me dizer a V. Excia. que não durmo sobre tão importante fato e sobre o estado da Província hoje tão melindroso e que faço quanto em minhas atribuições couber e minhas forças o permitirem para que a Província volte ao estado normal de quietação e paz. (OLIVEIRA, 1975, p. 363)

O fantasma da revolução e o repugno à mesma nota-se ainda no apelido criado pela sociedade ao líder do movimento, o escravo Elisário: Caudilho Negro, em uma clara referência aos líderes políticos das ex-colônias espanholas tomadas no Brasil imperial como péssimo exemplo, pois, ao optarem pela República, determinaram, segundo as elites brasileiras proprietárias de escravos e terras, seu destino marcado pela anarquia e a fragmentação territorial.

Abafado o movimento, o julgamento e execução dos líderes vão constituir-se uma oportunidade especial para a boa sociedade capixaba intimidar e prevenir possíveis insurreções. Os líderes foram levados para Vitória. Alguns conseguem fugir da prisão, antes do julgamento, entre eles Elisário. Fuga essa de características “não esclarecidas”, que suscitaram até a criatividade popular, que a perpetuou como um “milagre de Nossa Senhora da Penha”, padroeira local. Os que não conseguiram fugir, depois de severamente castigados, foram obrigados a caminhar a pé, em trapos e acorrentados até o distrito de Queimados, acompanhados pelos executores. Chegando a Queimados foram enforcados num sítio com grande presença de populares, que se deliciaram com o bárbaro espetáculo. “A violência do Estado contra o indivíduo infrator só pode

ser entendida como uma vingança da sociedade (...) que usa as mãos do Estado para lavar as suas” (GAY, 1988, p. 155).

Diante de todos esses acontecimentos, a população branca apavorada exigia das autoridades atitudes. Nesse sentido, as ruas da capital receberiam nova iluminação, para dificultar as constantes fugas de escravos. O presidente da Província, Siqueira, preocupado com a situação, tentava convencer a população da “necessidade de se alistarem, armarem e terem alguns conhecimentos dos manejos militares” (OLIVEIRA, 1975, p. 379) fato esse que se concretizou em 1856, com a fundação da Guarda Nacional no Estado.

Apesar da prevenção e repressão, as elites capixabas sabiam que a escravidão estava próxima de seu final. Somado a esse fato, o advento do café, que começava a inundar a paisagem local, exigiria uma enorme demanda de mão de obra. Como vinha acontecendo em outras províncias, o governo do Espírito Santo, que ainda possuía a maior parte de seu território virgem, resolve adotar uma política de incentivo a imigração europeia (BARROS, 2007). Para Kátia Cristina Petri (2009-2010) e Carlos Vainer (1990) além de resolver o problema da falta de braços para lavoura, a imigração europeia, ao branquear a população brasileira, contemplaria o projeto de civilizar o Brasil.

As transformações, especialmente no campo econômico com a modernização agrícola e o aumento demográfico ocorrido na Europa em meados do século XIX, levaram muitos europeus a emigrarem em busca de melhores condições de vida. Atraídos pela propaganda oficial que chegava a Europa, e as vantagens com ela assumidas, muitos desses europeus vieram para o Espírito Santo. Aqui a imigração europeia havia iniciado-se, oficialmente, em 1812 com a chegada de açorianos na Colônia de Santo Agostinho, atual cidade de Viana, na Grande Vitória.

Descontados os casos esporádicos a colonização europeia de iniciativa oficial recomençaria em 1847 com a criação da Colônia Imperial de Santa Isabel, às margens do rio Jucu, formada por alemães. Em 1857 é fundada a Colônia de Santa Leopoldina, formada especialmente por imigrantes alemães e suíços, recebendo depois pomeranos, holandeses, luxemburgueses, franceses, austríacos e poloneses. Em 1874 começam a chegar os italianos, que acabariam se tornando o maior contingente de imigrantes no Espírito Santo, o que vai levar o governo a criar novos

loteamentos, os núcleos. Antes porém, em 1854, Caetano Dias da Silva funda, por iniciativa particular, no sul da Província, a Colônia de Rio Novo com imigrantes de diversos países inclusive chineses. Em 1879, também no sul, é fundada a Colônia de Castelo. Após um período de estagnação, a colonização europeia ganharia novo impulso após a abolição da escravidão, em 1888, em substituição a mão de obra escrava nos cafezais capixabas.

No entanto, a realidade encontrada por aqueles colonos nas terras capixabas eram muito distantes das promessas que haviam recebido ainda em continente europeu. Bem diferente do tão sonhado eldorado, o que encontraram foi um território repleto de perigos, como onças: “Em poucos meses, foram mortas três onças: “a última havia saltado sobre o filho de um alemão, mas limitara-se a acariciá-lo e lambê-lo” (*O Espírito-Santense...*); serpentes: “não há registro paroquial que não indique casos de morte por mordida de serpentes, não há um velho colono que não narre como foi mordido uma ou mais vezes ou que pelo menos relate casos frequentes em sua família” (GROSSELI, 2008, p. 398); doenças:

Quanto à saúde estamos todos mal. Há febres, pragas, insetos nos perfuram a carne, todos aparecem com pernas e braços enfaixados e alguns perderam a esperança nos remédios e se não matamos logo este inseto ele nos tira a vida. 19 dos nossos já morreram (Carta de Angeli Giuseppe Lojo, 17 de novembro de 1875. Barracão 11. Território de Beneventi apud GROSSELI, 2008, p. 285);

péssima alimentação:

A comida que nos davam era carne de boi salgada chamada carne seca, mas estragada, cheirava tão mal que causava náusea; farinha de milho infestada de insetos, estragada; farinha de trigo de qualidade inferior, farinha de mandioca, chamada farinha de lenha, crua, grosseira; bacalhau cujo mau cheiro se sentia a um quilômetro de distância, toucinho cheio de vermes (BROETTO, 1979, p. 258 apud GROSSELI, 2008, p. 301);

e enfrentando condições de trabalho próximas à escravidão. O documento à seguir nos permitem mais conclusões:

Julgo, entretanto, conveniente relatar-vos com fidelidade os fatos há meses, ocorridos em Santa Cruz, por ocasião do estabelecimento de emigrantes na colônia particular Nova Trento, instituída por Pedro Tabachi. Para não cansar, porém, a vossa atenção, limito-me a repetir-

-vos o que disse o digno presidente desta província, Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa, ao passar-me a sua administração. A 14 de março próximo passado, alguns colonos, em número não pequeno, manifestaram animosidade contra o empresário Pedro Tabachi, e externaram queixas contra o modo, porque era executado o contrato, que haviam celebrado na Europa, alegando como principal recriminação a má qualidade das terras distribuídas em lotes, e distância, a que ficavam do ponto, em que com suas famílias haviam hospedados. Pouco a pouco as queixas e recriminações tomaram incremento: exacerbaram-se as paixões de forma tal, que a propriedade e a vida de Pedro Tabachi, sua família e empregados, foram postas em risco. Logo que pelas autoridades locais foram trazidos ao meu conhecimento estes fatos, tomei, de acordo com o Dr. Chefe de polícia, todas as providências legais, que as circunstâncias exigiam, a fim de que ali não perigassem a segurança e tranquilidade pública, faz marchar para o termo de Santa Cruz, às ordens do respectivo delegado de polícia, um destacamento de 15 praças de infantaria de linha sob o comando do alferes honorário do exército Antônio Joaquim da Silva. À presença desta força e à atitude energética das autoridades, que conseguiram apreender avultado número de armas, de que dispunham os colonos insubordinados, provavelmente se deve atribuir a manutenção da ordem e a não perpetuação de graves crimes. Dos inquéritos, a que procedem tanto o Dr. Chefe de polícia da província, como o Juiz Municipal de Santa Cruz, evidencia-se, que são em sua máxima parte destituídas de fundamento as queixas e recriminações dos colonos, aos quais o empresário Tabachi proporciona excelente tratamento. Hoje, porém, acha-se nessa localidade restabelecida a ordem pública, tendo Pedro Tabachi rescindido o contrato com os insubordinados, que em número não pequeno, emigraram para a colônia de Santa Leopoldina, aonde não tem manifestado nenhum movimento hostil. (BUSSATTO, 1978, p. 06)

Mostrando desprezo pelo fato, o relator preocupa-se em “cansar” os deputados com sua narrativa. Esse mesmo desprezo faz sentir-se quanto às queixas dos trabalhadores, classificadas como “destituídas de fundamento”. O ponto da discórdia geradora do conflito centralizou-se no artigo 4 do contrato, onde ao contrário das promessas “os trentinos estavam promiscuamente amontoados num barracão e deveriam andar até 6 horas a pé sob sol e chuva para o local de trabalho” (Ibid, p. 08). Observamos ainda em outras expressões a maneira racional como o narrador inferioriza a revolta dos trabalhadores: “exacerbaram-se as paixões de forma tal”, afinal como diriam os ilustrados dirigentes imperiais

“a revolução é fruto das paixões”. E nessa mesma ótica, que por diversas vezes “manter” e “restabelecer a ordem” aparecem no documento.

Diante dessa difícil situação alguns colonos retornaram a pátria, a imensa maioria, por falta de opção, viu-se obrigada a adaptarem-se a essa nova realidade conseguindo modificar nossa história e constituição étnica. A modificação porém foi mútua. Apesar de no Estado do Espírito Santo existirem ainda núcleos rurais onde o português é falado somente no contato com pessoas de outras localidades, inclusive sendo ensinado o pomerano nas escolas públicas, o impacto demográfico, econômico, cultural e social da imigração europeia no Estado não pode ser analisado apenas desse ângulo. Sabemos e percebemos no mosaico de cores que constitui a pigmentação do povo capixaba, que o impacto do Espírito Santo e seus habitantes na vida daqueles colonos, não deixou que construíssem aqui uma Nova Europa, mas foram sim, absorvidos na construção, ainda em andamento, do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado moderno nasce com a transformação do sistema feudal e advento do capitalismo. A partir deste momento os poderes político e militar são gradativamente acumulados pelos reis absolutistas em detrimento dos antigos senhores feudais. Esse Estado detentor do monopólio do emprego da força a utiliza para manter a integridade territorial e impor a ordem dentro deste território habitado por diferentes grupos culturais portadores de diferentes identidades. É com o pretexto de atuar em nome dessa coletividade que o Estado obtém a legitimidade de seus atos, pois passa a ser co-extensiva com um nação (O'Donnell, 1981).

A Revolução Francesa no final do século XVIII transformou essa relação Estado – Nação ao incorporar a ideia da cidadania elevando os antigos súditos dos monarcas absolutistas ao status de cidadãos, transformando o termo nação em sinônimo de povo (Gil, 2002). Como uma identidade nacional única nunca existiu, é o Estado que vai assumir o papel de estruturar instituições culturais que promovam mecanismos a fim de forjar uma consciência nacional. Imaginem quão complexa era a tarefa colocada diante da elite brasileira após declararem a Independência deste território. Estamos tratando de um país com dimensões continentais, tudo isso no início do século XIX onde as

comunicações e transportes eram quase que idênticas as utilizadas no século XVI, quando os portugueses aqui chegaram, deixando com que suas populações vivessem isoladas em pequenas ilhas demográficas. Como convencer essas pessoas de que, apesar de suas inúmeras diferenças, elas faziam parte de uma mesma nação?

Ao examinar a correspondência oficial do século XIX e a historiografia tradicional acerca desse período, pretendemos iniciar uma discussão sobre quais estratégias as elites imperiais e locais utilizaram para construir nos habitantes da então província do Espírito Santo uma identificação com uma identidade nacional. Preocupadas em se reconhecer e fazer reconhecer-se como “membros de uma comunidade – ‘o mundo civilizado’ – o qual era animado então pelo ideal do progresso” (MAT-TOS, 1987, p. 12) pudemos perceber como a boa sociedade utilizou-se das festas cívicas, da educação pública, da imprensa, das forças militares, e de várias outras formas coercitivas, além dos dividendos adquiridos com a exportação de café, para moldarem um Estado conservador, onde a participação popular é sinônimo de anarquia e somente o processo de civilização das massas consideradas “perigosas” – índios, negros e pobres – tornariam possível a concretização dos ideais imperiais.

ON “CAPIXABAS” LANDS: THE INTERNALIZATION OF THE IMPERIAL STATE IN PROVINCE OF “ESPÍRITO SANTO”

Abstract: The construction of the Brazilian Imperial State in the nineteenth century was the target of intense and bitter ideological disputes and, at various times, military. The fear of revolution, represented in the bloody civil war in Spanish America and subsequent fragmentation of the same was one of the most feared on the agenda of the men who undertook to build this state, maintaining national unity and inserted into the civilized world. In this article we analyze the practices and strategies developed by the imperial elite and place in order to include the Province of the Holy Spirit, its population and the immigrants who landed here, this project of nation-state.

Key words: Imperial State, national identity, Province of “Espírito Santo”.

REFERÊNCIAS

BARROS, Thiago Zanetti de. *Imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo (1882/1889)*. 2007. 130 p. Dissertação (Mestrado em História

Social das Relações Políticas) – Curso de Pós-Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Identidades e ensino da história no Brasil*. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto e GONZÁLEZ, Maria Fernanda. Ensino da história e memória coletiva. Trad. Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BITTENCOURT, Gabriel. *Café e Modernização*: “O Espírito Santo no século XIX”. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra. 1987.

_____. *Espírito Santo*: alguns aspectos da Independência (1820-1824). Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1985.

BUSSATO, Luiz. *A Insurreição branca*. In: UFES – Revista de Cultura, n° 8, ago/set. 1978 p. 5-10.

CARDOSO, Lavínia Coutinho. *Revolta Negra na Freguesia de São José do Queimado*: escravidão, resistência e liberdade no século XIX na província do Espírito Santo (1845 – 1850). 2008. 107 p. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Curso de Pós-Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.

CARRETERO, Mario; KRIGER, Miriam. *A usina da pátria e a mente dos alunos*: um estudo sobre as representações das efemérides escolares argentinas. In: ____; ROSA, Alberto e GONZÁLEZ, Maria Fernanda. Ensino da história e memória coletiva. Trad. Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007, p.147-166.

CARVALHO, Enaile Flauzino. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)*. 2008. 160 p. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Curso de Pós-Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo*: a história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar. v. 1. ,1994.

FRANCESCHETTO, Cilmar. Imigrantes. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/historico.html>> . Acesso em 15 de ago. 2012

FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo*: Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822). Vitória: Editora Flor e Cultura, 2006. p. 84.

GAY, Peter. *O cultivo do ódio*: A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

GIL, Antonio Carlos Amador. *Projetos de estado no alvorecer do império*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2002.

GROSSELI, R. M. *Colônias Imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, 1874 – 1900*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo, HUCITEC Brasília, INL: 1987.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1989.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Esp. Santo, 1976.

O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. *Revista de Cultura e Política*, nº4, 1981.

OFÍCIO do Presidente da Província do Espírito Santo dirigido ao Ministro do Império, Vitória, 14 de março de 1842.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975, 2 ed.

O ESPÍRITO-SANTENSE. Vitória, 08 de julho de 1875.

PETRI, Kátia Cristina. “Braços para a lavoura”: a subvenção paulista para imigração (1886-1896). *Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/revistacordis>>. Acesso: em 13 de ago. 2012.

RELATÓRIO apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo presidente José Fernandes da Costa Júnior, 1862.

REMOND, René. O retorno do político. In: A. Chauveau & Ph. Tétard (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 51-60.

ROSA, Afonso Cláudio de Alvarenga. *Insurreição do Queimado: episódio da história da província do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/FCAA, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem ao Interior do Brasil - Espírito Santo*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Cia das Letras. 1997.

VAINER, Carlos B. (1990). “Estado e Raça no Brasil. Notas Exploratórias”. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº18, pp. 103-117.

SOBRE O AUTOR

Leonardo Nascimento Bourguignon é Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo e atua como professor de história no Ensino Fundamental em Anchieta, ES e no Ensino Médio em Piúma, ES.

Recebido em 14/10/2012

Aceito em 13/12/2012